



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

GENILMA RICARDO DA SILVA

DONA LIA: MULHERES, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA PARAÍBA

**GUARABIRA
2018**

GENILMA RICARDO DA SILVA

DONA LIA: MULHERES, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em História.

Área de concentração: Estudos culturais, gênero.

Orientadora: Prof. Pós Dr^a. Susel Oliveira da Rosa

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Genilma Ricardo da.
Dona Lia: [manuscrito]: mulheres, memórias e resistências na Paraíba / Genilma Ricardo da Silva. - 2018.

28 p.: il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.

"Orientação: Profa. Dra. Susei Oliveira da Rosa, Coordenação do Curso de História - CH."

1. Dona Lia. 2. Memórias. 3. Resistências.

21. ed. CDD 305.4

GENILMA RICARDO DA SILVA

DONA LIA: MULHERES, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA PARAÍBA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de licenciatura em História.

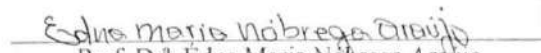
Área de concentração: Estudos culturais, gênero.

Aprovada em: 12/06/2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Pós Dr^a. Susel Oliveira da Rosa (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr^a. Joedna Reis Menezes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, Antônia Marcolino e Geraldo Ricardo,
minha fonte de amor e porto seguro, pela dedicação,
companheirismo e apoio, sem eles eu nada seria,
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida e por se fazer presente em meu caminhar.

À professora Susel Oliveira da Rosa pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação, amizade e afeto.

À Dona Lia pela experiência a mim narrada de maneira tão singular.

Aos meus pais Antônia e Geraldo, pelo amor e apoio a mim sempre dedicados. Aos meus irmãos, Gilson e Genilda, pelo carinho e cuidado de sempre e pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

Ao meu companheiro Ralielson Araújo, por ter sido tão compreensivo em todos esses anos de curso e por estar sempre me incentivando a continuar, quando por vezes batia o desânimo.

Aos meus amigos, Raquel Figueiredo e Valber Andrade, pelo apoio e dedicação a mim concedido sempre que precisei. Ainda a minha querida amiga Juliana Silva, pelas palavras de incentivo e por acreditar em mim. E à Raquel Roldan pelos diálogos construtivos.

Ao meu tio Joseilton, por ter abrigado nos dois primeiros anos do curso, e ter me ajudado mesmo que de forma indireta.

Aos professores do Curso de Graduação em História da UEPB, Campus III – Guarabira, que contribuíram ao longo dos quatro anos e seis meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento da minha formação acadêmica.

Aos colegas de classe que durante todos esses anos tornaram os dias mais alegres, e me afetaram de forma positiva.

E a galera do “busão” por tornarem a viagem de todos os dias menos cansativas e mais alegres.

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas informações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e revitalizações.”

(NORA, 1993, p. 9)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	DONA LIA E A LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO BAIXIO.....	11
3	DONA LIA E O “CUIDADO COM O OUTRO”	15
4	VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: “VIRUS” SOCIAL E CULTURAL	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
	ABSTRACT	22
	REFERÊNCIAS	23
	ANEXO A	26

DONA LIA: MULHERES, MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS NA PARAÍBA

Genilma Ricardo da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo trazer à sociedade relatos da memória de luta e resistência de “Dona Lia” ou mais especificamente Maria das Neves Moura do Nascimento, residente no Assentamento Baixio da cidade de Riachão/PB. Ela que lutou pela terra do Assentamento Baixio, fundou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Riachão e a Associação das Mulheres de Riachão. O propósito aqui não é abordar a memória de Dona Lia como aquela que apoiou os homens, mas como mulher que teve um papel fundamental, que resistiu na luta e tinha preocupação e “cuidado com o outro”. É intuito também deste trabalho traçar o espaço das mulheres, dando importância a sua presença nas narrativas historiográficas, enfatizando suas lutas contra a repressão, lutas essas que eram em prol dos seus direitos num contexto onde além da resistência contra os latifundiários, lutavam também contra o discurso machista presente na sociedade até os dias atuais.

Palavras-chave: Dona Lia, Memórias, Resistências.

1. INTRODUÇÃO

Quando tinha 5 (cinco) anos meus pais, agricultores, trabalhavam em terras privadas para poder tirar o sustento da família, com o advento da Reforma Agrária tais terras passaram pelo processo de desapropriação, sem conflitos. A partir de então, foi necessário a criação de uma Associação de Trabalhadores, já que aquelas terras passavam a ser, naquele momento (em 1998) uma comunidade. Para a organização de todo o processo burocrático (na fundação da associação dos trabalhadores rurais do P.A Tanques) foi preciso a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade vizinha, no caso Riachão/PB, que tinha como presidente a Sr. Maria das Neves Moura do Nascimento mais conhecida como Dona Lia. Naquele momento não tinha noção da trajetória de luta e resistência de Dona Lia, fui crescendo e ouvindo sempre seu nome, algumas vezes de forma positiva, outras de forma negativa devido ao seu posicionamento firme diante da presidência do sindicato. Porém, foi apenas em 2015, com o projeto de Iniciação Científica **Mulheres versus ditadura civil-**

¹ Aluna de Graduação em História na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III.
Email: ricardo.genilma@gmail.com

militar na Paraíba, que pude através do subprojeto Dona Lia e a luta pela terra em Riachão/PB, ter um contato maior com a trajetória de luta de Dona Lia. A partir de então, mantivemos um contato não apenas de pesquisadora e fonte, mas desenvolvemos uma relação de amizade.

A partir do momento em que comecei a cursar licenciatura em História me deparei com discussões sobre mulheres, pude então perceber que ao longo dos séculos a sociedade foi construindo espaços, restringindo constantemente os destinados às mulheres e favorecendo os espaços destinados aos homens. Mas, nem sempre houve essa hierarquização. Tania Navarro Swain (1996) em seu texto *A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil no século XVI*, argumenta que é evidente que as mulheres detinham um papel e um lugar determinantes nas relações sociais, não como objeto de troca ou de valor, mas como sujeitos dotados de importância e de prestígio em seu papel e sua condição de mulher.

No entanto, como afirma SWAIN (1996), foi a partir do momento que “o imaginário cristão se tornou hegemônico, que as mulheres passaram a ser representadas como seres mental, moral e fisicamente frágeis”. Partindo desse pressuposto RAGO (2012, p. 27) argumenta que “as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental.”

Sabendo disso, confirmo que a produção historiográfica sobre a presença das mulheres em diversos espaços, fora do privado, era até alguns anos muito escassa, e quando se trata da historiografia da Paraíba isso era ainda mais relevante.

Ana Maria Colling nos diz que:

A história é feita por homens e mulheres a cada instante, no cotidiano de suas vidas e no palco político por eles montado. Muitas destas vivências ou atuações políticas perdem-se para sempre acumulando-se aos silêncios, historicamente constituídos, porque a história tem sido parcial, silenciando ou escondendo sujeitos. (COLLING, 2004, p. 2).

Sujeitos esses identificados como mulheres que fizeram parte das lutas de resistências, que militaram, e ainda assim por muito tempo a história as/os tem silenciado.

No interior da Paraíba, temos várias mulheres que militaram, que lutaram por direitos comuns a todos. Mulheres como Maria Cuba, responsável pela criação da Liga Camponesa de Guarabira, que bateu de frente com os interesses dos latifundiários e com isso tornou-se inimiga destes a partir do golpe civil-militar de 1964. Isabel Cavalcante, advogada que defendeu os trabalhadores rurais de Guarabira durante a ditadura civil-militar foi perseguida

pelo seu empenho na defesa dos mesmos, foi também durante esse período que ela criou o Centro de Direitos Humanos da cidade de Guarabira. Temos ainda Maria da Soledade Leite², Luzia Ferreira³ e tantas outras que lutaram pelos direitos dos trabalhadores rurais na Paraíba.

Trago o caso específico de Maria das Neves Moura do Nascimento, mais conhecida como “Dona Lia”, residente no Assentamento Baixio da cidade de Riachão/PB, filha natural do município de Pirpirituba–PB, nasceu em 02/04/1938. Em 2008 recebeu da Assembleia Legislativa o Diploma Mulher-Cidadã Anayde Beiriz, na categoria de sindicalista (FETAG-PB). Em 2012 candidatou-se a vereadora pelo Partido Socialista Brasileiro, mas não obteve êxito. Dona Lia também participou do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT) e a partir desse movimento sentiu a necessidade de fundar a Associação de Defesa dos Direitos das Mulheres de Riachão (ADDM). Alguns pesquisadores já tiveram contato com ela, em alguns relatos já se pode perceber uma certa preocupação em relatar sua trajetória, enquanto líder na luta contra os latifundiários. Nosso propósito não é abordar a memória de Dona Lia como aquela que apoiou os homens, mas como mulher que teve um papel fundamental, que resistiu na luta e tinha preocupação e “cuidado com o outro”. Até porque como enfatiza Rago:

[...]se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. (RAGO, 2012, p. 29)

Portanto, contarei significativamente com os textos de Tania Navarro Swain (1996), Susel Oliveira da Rosa (2013, 2016), Ana Maria Colling (1997, 2004), Jadson Pereira Vieira (2016), Margareth Rago (2012, 2015) e tantos outros, além da entrevista⁴ cedida por Dona Lia, ao projeto de Iniciação Científica “Dona Lia, Maria Soledade, Luzia Ferreira: Mulheres versus Ditadura Militar-Latifundiária na Paraíba”, no dia 07 de julho de 2017, sob a orientação da professora Susel Oliveira da Rosa.

Me propus a trabalhar com depoimentos e para isso me apoio em Venera Alberti (2004), haja vista que trabalhar as entrevistas como documento significa superar os limites da análise positivista, dos relatos reais como uma visão parcial e passível de falhas da memória em relação ao passado. Portanto, trato o depoimento como fonte de investigação para que

² Soledade Leite: dos versos a militância, uma história de luta e resistência. Trabalho de Conclusão de Curso em História de Leandro Sousa de Lima Costa, apresentado em outubro de 2017.

³ Luzia Ferreira: Trajetória de luta e resistência. Trabalho de Conclusão de Curso em História de Valber Rodrigues de Andrade, apresentado em outubro de 2017.

⁴ Termo de cessão em Anexo.

possamos entender como Dona Lia interpreta seu passado marcado pela repressão advinda dos latifundiários e sua resistência enquanto militante.

Não trago o depoimento pelo depor, mas pela experiência vivida. Uma experiência que segundo Walter Benjamin (1987) “nos impõe a exigência dessa distância e desse ângulo de observação” para que possamos enxergar no ato do narrar, a experiência vivida por Dona Lia. Dessa forma, a narrativa aqui trabalhada “não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele.” (BENJAMIN, 1987, p. 201)

As entrevistas me possibilitam trabalhar a memória, que segundo Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas informações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

Em síntese o objetivo deste TCC é traçar o espaço das mulheres, dando importância a sua presença nas narrativas historiográficas, enfatizando suas lutas contra a repressão, lutando em prol dos seus direitos num contexto onde além da resistência contra os latifundiários, lutavam também contra o discurso machista presente na sociedade até os dias atuais, pretendendo também ainda “avançar para uma história” que perceba a complexidade de diversidades de sujeitos, principalmente, a história de luta de Dona Lia que por muito tempo foi silenciada. Acredito que é de extrema importância para a historiografia paraibana cartografar a história de uma mulher que lutou contra a repressão dos latifundiários após o golpe civil-militar, ocupando espaço público, culturalmente associado aos homens.

Historiadoras como Tania Swain, Susel Rosa e Margareth Rago, já trabalham com temas deste tipo, em um âmbito mais geral. No caso da Paraíba a produção historiográfica acerca das participações de mulheres na resistência contra os latifundiários, até recentemente era recoberta de silêncio. É justamente este silêncio que instiga esta pesquisa, pois como propõe Swain:

Entretanto, no silêncio e na obscuridade da história, existe um inesgotável, reservatório de relações humanas, de todas as formas e cores, escondida por uma pretensa “natureza” humana imutável, sede quase divina das determinações sociais de gênero. (SWAIN, 1996, p. 131)

Portanto, é também minha intenção perceber e problematizar como essas mulheres conseguiram subverter as determinações sociais de gênero que as restringiam ao ambiente

doméstico, ousando entrar na esfera política, ambiente dominado pelo patriarcalismo/patriarcado⁵.

Dessa forma, proponho aqui deixar falar as memórias silenciadas. Haja vista, que não tem como abordar a resistência de mulheres sem perceber que do lado, na casa vizinha, existe memória, existe trajetória de lutas e resistências, existe uma mulher que diante da repressão advinda dos latifundiários, lutou, resistiu e se tornou líder de um movimento. Dona Lia teve e ainda tem “cuidado com o outro” (ARENDETT, 1991 apud ROSA, 2015), pois como a mesma alega, “viver em comunidade é se preocupar um com o outro”.

Trazer à tona histórias/memórias de Dona Lia que ousou quebrar padrões e se posicionar em lugares pré-determinados socialmente como “lugares para homens” é ir ao encontro do que enfatiza Rago (2015), pesquisar e escrever sobre a trajetória de vida dessas mulheres é uma tentativa de dar “visibilidade às narrativas femininas que ousam denunciar, refletir e testemunhar, fragmentando as histórias oficiais, abrindo brechas no tecido textual, instigando a perguntar pelo silenciado, esquecido e reprimido na definição do arquivo”. (RAGO, 2015, p.13).

2. DONA LIA E A LUTA PELA TERRA DO ASSENTAMENTO BAIXIO

Imagem 1: Maria das Neves Moura do Nascimento (Dona Lia)



Fonte: Documentário ABÚZU, 2014

Maria das Neves Moura do Nascimento (imagem 1), filha natural do município de Piripituba–PB nasceu em 02/04/1938. Em 2008 recebeu da Assembleia Legislativa o

⁵ Aqui utilizo o conceito de patriarcado em sua forma substantiva, como descrito nas discussões de: MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O Patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico.** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. 2014. Disponível em: www.encontro2014.rj.anpuh.org

Diploma Mulher-Cidadã Anayde Beiriz, na categoria de sindicalista da Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (FETAG-PB). No ano de 2012 candidatou-se a vereadora pelo Partido Socialista Brasileiro, mas não obteve êxito.

Imagem 2: Início do Povoado Baixio



Fonte: Arquivo CPT (Cícero Ribeiro, 2013)

Imagem 3: Assentamento Baixio atual



Fonte: Documentário ABÚZU (2014)

Dona Lia, foi líder militante do movimento na luta pela terra do Assentamento Baixio (imagens 2 e 3), em Riachão/PB que antes era uma fazenda que pertencia ao município de Araruna, e tinha como proprietário o coronel José Targino. “Trabalhavam e moravam na terra mais de 50 famílias, sendo feito arrendamentos por contrato verbal, muitos passaram tal contrato para os filhos, alguns há mais de 50 anos” (MOREIRA, 1997). As famílias pagavam foro em dia e cultivavam sem conflito. Plantavam o milho, o feijão e também algodão, criavam também animais (vacas e novilhos), as casas eram todas de taipa, chão batido e em sua maioria eram cobertas de palha, na época a grande dificuldade era por recursos hídricos. Então, para solucionar a questão da falta de água pediram permissão ao sr. José Targino para a construção de um barreiro⁶, que beneficiaria a todos. Nesse meio tempo, o coronel Targino vendeu as terras para os irmãos João Tomaz de Aquino, Geraldo Tomaz de Aquino e Antônio Tomaz de Aquino (conhecidos na região como os “irmãos coró”), sem ao menos comunicar aos 59 trabalhadores que moravam nas terras e dela tiravam o sustento da família. Segundo Dona Lia, a venda da propriedade sem a notificação aos trabalhadores e a consequente proibição por parte dos “irmãos coró” da construção do barreiro, foi o boom para darem início a luta pela terra.

Desde os 12 anos de idade Dona Lia participava de movimentos da Igreja Católica, participou de capacitação religiosa na cidade vizinha, Tacima/PB e várias formações

⁶ Escavação feita em terreno argiloso, para reter provisoriamente as águas das chuvas. Disponível em: www.dicio.com.br, acesso em: 02/05/2018.

missionárias na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi nesse contexto religioso que Dona Lia diz ter começado sua liderança. Eis a “potência da reza”⁷ da qual Jadson Pereira fala, isso porque eram “Nas rezas, nos encontros interpessoais e nas relações diárias com os seus, que a expressão do companheirismo era preponderante no incentivo à participação das mulheres da comunidade”. (VIEIRA, 2016, p. 92)

Dessa forma de acordo com Vieira, “na Paraíba, a influência da Teologia da Libertação foi marcante nos movimentos sociais que se organizavam neste período”. A Teologia da Libertação, movimento que surgiu por volta da década de 1960, teve como fundamentação os princípios da Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. Segundo Leonardo Boff (2010) “A Teologia da Libertação encontrou seu nascedouro na fé confrontada com a injustiça feita aos pobres”. Portanto, Santos, Goulart e Faber (2009) afirmam que “A Teologia da Libertação foi fundamental no processo de conscientização das populações marginalizadas. Os teólogos da libertação, ao apoiarem as populações carentes, possibilitaram que estas se organizassem através de formas “alternativas”, de protestos e reivindicações, lutando por melhores condições de vida, alterando sutilmente, as mais duras formas de censura e repressão impostas pela ditadura”. Dessa forma, percebo que no caso do Baixo a Teologia da Libertação teve uma grande aceitação.

Esta teologia obedecia a um aparato teórico/filosófico que lhe dava sustentação e que, além deste aparato, existia uma atuação prática de catequese das comunidades de trabalhadores (PEREIRA 2012 Apud VIEIRA 2016). E foi, justamente, o fato de Dona Lia ter vínculo com a Igreja, que fez com que ela buscasse apoio nos companheiros religiosos para tomar um rumo na luta e quanto a isso ela diz:

Procurei o padre Luís Pescarmona [Luigi Pescarmona] coordenador da CPT (Comissão Pastoral da Terra), na cidade de Guarabira, que nos orientou a procurar o Sindicato de Araruna, chegando lá procurei seu Antônio, então presidente do Sindicato, e aí dei parte. Não tivemos muito apoio. (Entrevista a Lucineide Silva de Lima⁸, 12/04/2015)

Em 1984 a luta ficou mais acirrada e Dona Lia relata que as dificuldades foram muitas, a exemplo da prisão de 23 homens. Segundo ela tal prisão causou um grande reboliço.

⁷ Os discursos proferidos nos momentos de partilha que eram quase sempre carregados de uma forte intencionalidade política e sustentados por muitos dos sentimentos cultivados em conjunto. Tal discurso era utilizado pelas lideranças do Engenho Geraldo de Alagoa Nova/PB, como arma política.

⁸ LIMA, Lucineide Silva de. “DONA LIA” E A LUTA PELA TERRA EM RIACHÃO/PB (1985 – 1986). Trabalho de conclusão de curso, 2016.

Tudo começou quando os “irmãos coró” mandaram colocar 20 cabeças de gado nas terras e o povo tentou impedir. Dona Lia relata que nessa confusão:

O delegado deu voz de prisão a 3 homens, aí o povo se revoltou e foi um reboliço, gritando ou vai tudo ou não vai ninguém. Aí fizemos uma corrente no meio dos policiais, eu sei que eles disseram, pois vamos pra cá que eu levo tudo, aí quando foi na hora de subir no carro eu disse primeiro sobe as mulheres, aí o delegado disse, não as mulheres vão depois. Eu só sei que os 23 homens foram na frente e as mulheres atrás sem nenhum tustão. (Entrevista a autora, em 07/07/2017)

As mulheres foram para a delegacia por conta própria, haja vista que o delegado não cumpriu o que havia dito. A primeira noite dos homens na prisão foi segundo Dona Lia, a noite em que as mulheres mais sofreram com violências físicas por parte dos policiais, que empurravam-nas sem piedade e sem o mínimo de respeito. Foi durante essa noite que as mulheres se mantiveram em frente à delegacia e trocaram informações com outras comunidades, o intuito era se organizarem para fazer uma movimentação na frente da delegacia na cidade de Araruna/PB, onde os homens se encontravam presos. Após 24 horas da prisão os 23 homens foram liberados mediante pagamento de fiança, porém com processos, o que os impediam de lutar pela terra.

Essa prisão foi responsável pelo posicionamento de Dona Lia enquanto líder da luta pela terra. O cenário mudou, a partir de então seriam as mulheres quem enfrentariam sozinhas os embates que surgissem, o que foi muito difícil, haja vista o machismo presente na época. Em uma de suas falas Dona Lia conta que os “irmãos coró” esculhambavam as mulheres, xingavam chamando-as de putas e até as ameaçavam de morte.

Segundo Colling (2004) chamar as mulheres de puta na década de 1980 (período da ditadura civil-militar) era uma forma da repressão desqualificá-las, tendo em vista que a “mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos”. (COLLING, 2004, p.8)

Foi também durante a luta que Dona Lia decidiu fazer parte do movimento sindical, decidiu se filiar ao sindicato de Araruna/PB, porque na época Riachão/PB ainda não era cidade. Porém, houve embate por parte do presidente do sindicato. Em relação a isto a mesma nos relata que em 1985 procurou o Sindicato de Araruna com um grupo de dez mulheres para que as mesmas fossem filiadas e assim pudessem se aposentar e usufruir dos benefícios que tivessem direito, no entanto seu Antônio, o presidente do sindicato, não aceitou. Essa não aceitação nos faz perceber a questão do machismo presente na época, em especial nos

Sindicatos, tendo em vista que no âmbito rural, principalmente, a mulher deveria obedecer fielmente ao seu esposo, e o ato de uma mulher querer se filiar ao sindicato era inaceitável.

A desapropriação da terra só veio a acontecer, no dia 26 de dezembro de 1985 com a ajuda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que passou a dar laudos técnicos e acompanhar todo o movimento. Sendo que a emissão da posse da terra só aconteceu em março de 1986 e o projeto de assentamento pelo Decreto 977 do INCRA em dezembro do mesmo ano.

Em suma, a luta de Dona Lia não foi diferente de tantas outras mulheres que já lutaram por direitos iguais, tais como Elizabeth Teixeira que lutou para dar continuidade a Liga Camponesa de Sapé após a morte de seu esposo Pedro Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha, que acirraram uma luta por salários dignos para os trabalhadores em Alagoa Grande/PB, Ném Cobé, Quincas, Maria do Céu e Beatriz Pedro⁹ que a partir da amizade juntaram forças para lutar pelo direito à terra no Assentamento Geraldo, em Alagoa Nova/PB e tantas outras mais que ainda têm suas histórias silenciadas.

É como afirma Vieira:

[...]movimentações semelhantes estavam ocorrendo em pontos diferentes da Paraíba e até mesmo em outros estados, não se pode ver a realidade enfrentada por tais mulheres como situação isolada. As situações de luta e de atuação política, como etapas de preparo que receberam para que se formassem como lideranças foi, antes de tudo, arquétipo de uma conjuntura maior que o Brasil vivenciava naquele momento. (VIEIRA, 2016, p. 114)

Percebo a partir disso que por mais que tratemos a história de cada uma, de forma individual, trata-se de uma história do coletivo, pois todas tinham um objetivo único, lutas que se cruzam por serem com e para o povo, por melhores condições de vida.

3. DONA LIA E O “CUIDADO COM O OUTRO”

*...o cuidado de si não é uma prática solitária,
é também um cuidado com o outro.
(Foucault, 2009 Apud Rago, 2015)*

⁹ Mulheres apresentadas por Jadson Pereira Vieira em sua dissertação de mestrado: ENGENHO DE MEMÓRIAS: MULHERES CAMPONESAS, ESCRITAS DE SI E A FORÇA DA AMIZADE (1975-1984).

Falar de Dona Lia, é também pensar no cuidado que ela tinha com as pessoas que estavam a sua volta, é pensar nas possibilidades de melhores condições de vida que ela buscava para a comunidade em que estava inserida. É pensar no “cuidado com o mundo” que Dona Lia tinha e ainda tem. “Mundo que Arendt não entendia, simplesmente, como as pessoas que o habitavam, mas sim como o espaço-entre, “o mundo está entre as pessoas [...] muito mais do que os homens, ou o homem, ao contrário do que muitas vezes se pensa” [...] (ARENDR, 1991 apud ROSA, 2015). É pensar no compromisso que Dona Lia firmou com o mundo, compromisso esse que a fez lutar e resistir pelos seus.

“Viver em comunidade é se preocupar com o outro”, é esse cuidado na fala de Dona Lia que me faz perceber a sua preocupação em sempre buscar o melhor para o assentamento Baixio. Na educação, por exemplo, enquanto líder sindical ela coloca que:

O movimento sindical ele tem por objetivo, de ter a ver com a educação, porque a educação abrange tudo. É a base fundamental de educar para ser sindicalista, para ser qualquer coisa na sociedade, a educação. Então o próprio estatuto do movimento sindical ele dá direito da gente ter a ver com a educação e eu como presidente eu sempre tinha. (Entrevista a Lucineide de Lima Silva, 12/04/2015).

No Assentamento Baixio a educação era defasada, isto porque não havia uma organização, nem tão pouco apoio da gestão municipal da época. Dona Lia procurou movimentar os professores, para que os mesmos se organizassem em prol de melhorias para a educação, redigiu várias vezes um documento ao prefeito da cidade Riachão/PB, pedindo que fosse feita uma escola na comunidade e que houvesse apoio aos professores. Mas não obteve êxito. A primeira e única escola só foi construída anos depois.

Dona Lia fala com entusiasmo sobre a educação, na sua percepção para podermos exigir nossos direitos precisamos exclusivamente de duas coisas: conhecimento e coragem. Para a mesma sem educação a nossa sociedade só se reduz. Como presidente da associação Dona Lia lutou não só pelos direitos das mulheres, mas também por direitos comuns a todos.

Ainda preocupada com o outro Dona Lia participou ativamente de movimentos sociais, a exemplo do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT/PB):

Eu comecei como Igreja porque a Igreja nessa época tinha uma participação muito grande nos movimentos sociais, então eu entrei no movimento através da Pastoral da Terra que era em Guarabira pela diocese e lá começamos, fundamos o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo, isso porque vimos que tinha uma necessidade de as mulheres entrarem em movimento, então foi fundado o Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo e eu fui uma delas que participei dessa fundação. (Entrevista a autora, 07/07/2017).

Foi a partir do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo que Dona Lia passou a ter mais conhecimento de seus direitos, e com o advento da Reforma Agrária ela começou a entender que a terra pertencia ao povo. Porém, antes de adentrar na luta era preciso que as mulheres se filiassem ao sindicato, o que gerou outro embate devido a não aceitação da participação da mulher por parte do presidente do sindicato da época. Para resolver esta questão dona Lia foi até o Ministério do Trabalho:

Tivemos uma orientação lá no Ministério do Trabalho com o mesmo setor que deveria resolver nosso problema, aí ele disse que só iríamos resolver na justiça. Então nós saímos aí eu conversei no Movimento das Mulheres que a gente tinha, e era bem organizado como movimento e entrei com mandato de segurança, já que o Movimento das Mulheres tinha advogado. (Entrevista Lucineide de Lima Silva, 12/04/2016)

É válido salientar que nem sempre houve essa inferiorização da mulher, e quanto a isso Rago discorre:

Pode parecer até evidente que o sujeito que se assalaria é o homem, ou que ao menos foi assim até a expansão do industrialismo. Isto nem sempre foi assim, mas faz evidente a necessidade do homem enquanto que receptor dos benefícios do sistema patriarcal, se bem explorado insensivelmente dentro das confrontações de classe, de manter um espaço próprio de poder desde o que manifestar-se imprescindível e superior. (RAGO, 2012, p. 80)

Foi no também a partir do MMT/PB que Dona Lia teve contato com outras mulheres que estavam também na luta contra a repressão advinda dos latifundiários na época, como Luzia Ferreira de Alagoa Grande/PB, a mesma:

[...]trabalhou com Penha, e desde a época de Margarida é ligada ao sindicato dos trabalhadores, é atual presidenta do MMT/PB (Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba), foi diretora do MMTR (Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste) por três mandatos e já foi também presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande.” (ANDRADE, 2017. p. 11)

A campanha pela documentação feminina na década de 1990, organizada pela Igreja, junto ao Incra e o MMT/PB foi, segundo Andrade, para Luzia Ferreira uma preocupação, haja vista que na época as mulheres não tinham documentos. Tal campanha foi realizada em diversas regiões da Paraíba. “Em 2004 numa das Campanhas pela documentação feminina na cidade de Monteiro” (ANDRADE, 2017), Luzia Ferreira e Dona Lia trabalharam juntas e referente a esta Campanha Dona Lia ressalta:

Era uma equipe de gente INCRA, FETAG, Ministério Público, Defensoria Pública, todos os documentos saiam, trabalhei em várias regiões, fazíamos todos os documentos das mulheres gratuitamente, ajeitávamos algum documento que tivesse errado, e o melhor que achei na Campanha foi o caso de uma menina que tava com catorze anos e não conhecia o pai, que deixou ela na semana que nasceu, e a

Defensoria Pública achou ele e obrigou ele a pagar a pensão dela direitinho. (Entrevista a autora, 07/07/2017)

A criação da Associação de Defesa dos Direitos das Mulheres de Riachão/PB, pensada por Dona Lia, foi também uma forma de se importar com o outro, com a vida de quem precisava de um cuidado a mais. E criar a ADDM para Dona Lia foi uma necessidade:

Eu vi que era muito carente de fundar uma associação de mulheres porque nem todas as mulheres participavam de movimento pra saber qual era o direito dela na sociedade nem sequer na sua própria casa, ela não sabia se tinha direito, tinha que ser subordinada ao próprio marido pelo que ele quisesse fazer mesmo que ela trabalhasse. (Entrevista a autora, em 07/07/2017)

Entendo a criação da ADDM como uma forma de romper, de certa forma, com o machismo presente na época, rompimento esse que segundo Rosa e Silva (2016, p. 201) “acontece aos poucos, nas minúcias das coisas cotidianas, em passos lentos, quase imperceptíveis. E cada piscar de olhos, estalar de dedos, configuram momentos em que elas escapam, resistem, criam, potencializam a vida, burlam as imposições sociais.”

4. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: “VÍRUS” SOCIAL E CULTURAL

Trazer à tona atos como a discriminação e a violência contra a mulher é pensar até que ponto a nossa sociedade chegou. É analisar dados e a partir deles perceber a dimensão dos fatos que envolvem vidas. Vidas que são controladas, manipuladas e matadas. Dona Lia considera a discriminação contra a mulher como “um vírus que vem de muito tempo e é uma coisa que o povo aprende desde criança”. O que me faz ir ao encontro de Chimamada (2014) quando ela nos atenta ao fato de que:

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos os meninos a se preocupar em ser “benquistos”. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões. (ADICHIE, 2014, p. 33)

Seguindo a mesma linha de pensamento Moraes e Oliveira (2014) consideram que “a mulher em nossa sociedade patriarcal é educada desde criança de acordo com as imagens que controlam o gênero feminino, tais como: submissão cultural, encanto sexual, auto sacrifício, percebendo os outros seres humanos, a partir dessa posição vulnerável”.

Ainda segundo Moraes e Oliveira (2014) a violência contra mulher caracteriza-se como sendo “uma forma de violação aos direitos humanos das mulheres. Ela é classificada

como violência física, sexual, patrimonial e psicológica, podendo afetar a saúde física e emocional das mulheres. É um fenômeno que não escolhe raça, etnia, crença ou classe social.”

Em relação a violência contra a mulher, a Paraíba nos anos de 2003 a 2013 ocupou o segundo lugar no ranking de crescimento de homicídios contra as mulheres (MOARAES, OLIVEIRA, 2014). O que faz-nos perceber que apesar de tantos projetos e Leis de proteção a mulher, a violência ainda é presente e tem aumentado.

Pensar na época em que Dona Lia se propôs a subverter seu lugar na sociedade, é também pensar na discriminação e na violência, haja vista que para o período (década de 1980) o lugar de ocupação da mulher era o lar e a sua obrigação era zelar por ele, pelo marido e pelos filhos.

É válido ressaltar, que as mulheres do Assentamento Baixio viviam submissas, não tinham conhecimento dos seus direitos e seus maridos quem falavam por elas. Não só os maridos, mas a sociedade manipulava e vigiava o tempo todo, Michael Foucault (1987) explica em seu livro *Vigiar e Punir* essa questão e usa o termo “docilização de corpos” para fazer-nos entender como o corpo era domesticado, e no caso da mulher, foi se construindo um espaço adequado, a exemplo do espaço privado, o lar.

Dona Lia enfrentou muito preconceito, até porque se hoje nossa sociedade ainda é muito machista, imaginemos na década de 1980, quando o Brasil estava saindo de uma ditadura civil-militar. As mulheres que ousaram quebrar os padrões enfrentaram diversos obstáculos, desde “Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino” (RAGO, 2002).

Dona Lia diz ter sido muito discriminada, e que tudo começou em casa. Seu marido por muitas vezes tentou impedi-la de continuar na luta pela terra, chegando ao ponto de agredi-la fisicamente. E ela, com firmeza, mas tristeza no olhar me diz:

Eu pra me libertar do meu marido eu sofri demais, eu apanhei tanto nessa vida, apanhei muito que o sangue desceu no meio das pernas. Ele perdeu a cabeça quando os corós foram oferecer 15 mil reais pra gente sair da luta, aí foi quando começou a nossa discussão porque eu não aceitei. Eu disse que podia colocar um paior de dinheiro em cima da minha mesa que eu não aceitava porque meu compromisso era com povo e eu não ia deixar a luta não. (Entrevista a autora, 07/07/2017)

Imagem 4: Ao centro de vestido rosa, Dona Lia. Década de 1980, período da luta pela terra.



Fonte: Documentário ABÚZU (2014)

Imagem 5: Na esquerda, de blusa verde, Dona Lia. Em 2014, na gravação de um documentário.



Fonte: Documentário ABÚZU (2014)

Percebe-se nas imagens 4 e 5 que a união foi algo que perpassou décadas, antes se uniam para ir à luta, hoje compartilham juntos experiências que não mais serão silenciadas.

Esse compromisso firmado com o povo, a amizade¹⁰ que Dona Lia tinha com as demais pessoas envolvidas na luta fez com que ela resistisse as agressões por parte de marido. Porém, ela não enfrentou apenas o machismo do esposo, a sociedade também a discriminou:

De fora também existia discriminação, mas era menos. Nos encontros de capacitação quando eu me destacava nas atividades e os companheiros diziam dona Lia faz e nós não faz. Teve uma vez que me levaram pra falar com o presidente Lula, sair no jornal do lado dele, aí as companheiros se perguntavam, mas porque ela? Que não tem nem escolaridade. (Entrevista a autora, 07/07/2017)

Percebo na fala de Dona Lia que o fato de ser mulher associado com uma escolaridade abaixo da média, tornavam-se aliados na discriminação, os companheiros nos encontros de capacitação não aceitavam que ela se sobressaísse nas atividades desenvolvidas. E por isso questionavam “por que ela?”

Em relação a violência doméstica contra a mulher em Riachão/PB antes mesmo da fundação da ADDM, Dona Lia menciona um caso que lhe comoveu muito:

Houve violência contra mulher em Riachão, eu não era presidente de associação de mulher, mas chegou uma mulher me disse que tinha sofrido uma grande violência. Ela foi cortada na vagina pelo marido, e eu senti muito aquilo em mim porque também fui vítima de violência doméstica sei quanto é que custa. Nessa época eu não era nada da associação das mulheres, mas mandei ela pra Guarabira e ela não quis ir, e eu disse a ela minha filha deixe esse homem se não você vai morrer. (Entrevista a Lucineide de Lima Silva, 12/04/2015)

Mais uma vítima, mais uma mulher que entrou paras as estatísticas.

¹⁰Amizade que para Vieira é “O fenômeno que se fez presente nas instâncias de sociabilidade humana no transcórre das épocas no mundo ocidental ganha conotações que, em certo momento da modernidade, passam a ser restritas a uma gradativa esfera do privado, propiciando a ruptura de valores tão ricos às relações humanas”. (VIEIRA, 2016, p. 21)

Sabe-se que os dados sobre feminicídio, estupro e violência doméstica, em âmbito nacional são alarmantes. No caso da Paraíba, estado que mais matou mulheres entre 2003 e 2013, cuja capital ocupou o terceiro lugar com maior taxa de Feminicídio, 10,5 para 100 mil mulheres, é ainda mais trágico. Em 2016 (SILVA, 2017), 1 mulher foi estuprada por dia na Paraíba. Contudo, devemos ser conscientes de que esses dados são baseados nas denúncias feitas, eles não englobam os números gerais, existem as vítimas que não denunciam, e os crimes silenciados.

No mais, falar de violência contra a mulher a partir da experiência de Dona Lia, é antes de tudo dar oportunidade da vítima falar, além da possibilidade de mostrar uma realidade, não apenas dos dias atuais, mas de longas décadas. Pois, como enfatiza Dona Lia essa violência/discriminação “é um vírus que vem de muito tempo”, e apesar do avanço, muita coisa ainda precisa ser feita.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiadora Margareth Rago propõe:

[...]a incorporação da crítica desde o feminino a qualquer processo gerador de conhecimento e a integração de toda a prática desde a mulher como objeto de estudo. [...]Trata-se em último termo de avançar para uma história que seja capaz de perceber a complexidade dos processos sociais desde uma ótica que tenha em conta a diversidade de sujeitos que participem deles. (RAGO, 2012, p. 15)

Portanto, o intuito deste TCC foi a todo momento “avançar para uma história” que perceba a complexidade de diversidades de sujeitos, principalmente quando se trata da história de luta de Dona Lia que por muito tempo foi silenciada, ela que não se deixou em momento algum intimidar-se com os discursos machistas da época, que lutou e resistiu pelo direito à terra.

É notório no narrar de Dona Lia, o seu “cuidado com o mundo”, (ARENTH, 1991 Apud ROSA, 2015). Um cuidado de “amizade” (VIEIRA, 2016), de companheirismo para com os seus.

Trazer à tona a história/memória dessa mulher que quebrou os padrões e subverteu seu papel social, é dar lugar na historiografia antes silenciada, tendo em vista que no caso da Paraíba, mais uma história foi escrita, com o intuito de deixar registrado tal “experiência” (BENJAMIN, 1987) para a posterioridade.

Percebe-se também que a história de Dona Lia se cruza com a de outras mulheres paraibanas, num contexto onde todas lutavam por melhores condições de vida, não apenas

para si, mas para todos os que estavam a sua volta. Em relação a isso Vieira (2016) considera que as movimentações as quais tais mulheres participaram não podem ser vistas de forma isolada, haja vista que “As situações de luta e de atuação política, como etapas de preparo que receberam para que se formassem como lideranças foi, antes de tudo, arquétipo de uma conjuntura maior que o Brasil vivenciava naquele momento. (VIEIRA, 2016, p. 114)

Dessa forma, dar visibilidade a memórias como a de Dona Lia é abrir “brechas no tecido textual, instigando a perguntar pelo silenciado, esquecido e reprimido na definição do arquivo”. (RAGO, 2015). Porém, ainda há “muito a dizer, a lembrar e a escrever; ainda temos muito pelo que lutar. O direito à verdade, à memória e à história ganha toda força nessa direção”. (RAGO, 2009).

DONA LIA: WOMENS, MEMORIES AND RESISTANCES THE PARAÍBA

ABSTRACT

The present work aims to bring to the Paraíba historiography the struggle and resistance's trajectory of Maria das Neves Moura do Nascimento, better known by Dona Lia, resident in the Baixio settlement of the city of Riachão/PB. It is also intended to trace the space of women, emphasizing their presence in historiographical narratives, emphasizing their struggles against repression, struggles that were for their rights in a context where, in addition to resistance against landlords, discourse present in society until nowadays. I also intend to "advance to a story" that perceives the complexity of the diversities of subjects, especially the story of Dona Lia's struggle that has long been silenced.

Keywords: Dona Lia. Memories. Resistances.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004

ANDRADE, Valber Rodrigues. **Luzia Ferreira: trajetória de luta e resistência**. Guarabira. 2017.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**. Cap. 10. In. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. V. 1. 3ª ed. Editora Brasiliense, 1987, p. 114-119.

_____. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. Cap. 14. In. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas*. V. 1. 3ª ed. Editora Brasiliense, 1987, p. 197-221.

COLLING, Ana Maria. **As Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil**. Centro de Estudos Sociais. 2004. Disponível em: www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Ana_Maria_Colling.pdf. Acesso em 26/02/2016.

_____. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record-Rosa dos tempos, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Terceira Parte: Disciplina cap. I — Os corpos dóceis**. In. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 161-175.

LIMA, Maria da Luz dos Santos, SILVA, Ivanilson Batista da. **A afirmação da Educação do campo na hora história da luta dos Assentamentos Baixio e Amarela I**. 2013. p. 03-12. Disponível em www.educamp.com.br; acesso em 10 de agosto de 2016.

LIMA, Lucineide Silva de. **“Dona Lia” e à luta pela terra em riachão/pb (1985 – 1986)**. Guarabira, 2016.

MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. MENESES, Marilda. **Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas**. 2011. Disponível em: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/viewfile/962/697; Acesso em 15/04/2016.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão. V. II.** Editora Universitária. João Pessoa. 1997, p. 601-608.

MORGANTE, Mirela Marin, NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico.** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio; Saberes e práticas científicas. 2014.

NORONHA, Cejana Uira Assis. **Teologia da Libertação: origem e desenvolvimento.** FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 185-191, jan./mar. 2012. Disponível em: www.seer.ucg.br. Acesso em 12/04/2107.

NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Monalisa Lucena de Almeida, MORAES, Maristela de Melo. **Violência contra a mulher no estado da Paraíba: uma revisão bibliográfica.** XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade (CONAGES). Disponível em: www.generoesexualidade.com.br

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”.** São Paulo: Fapesp, 2013.

_____. **Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba.** 2015. Acesso em 14 de março de 2016, disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/542/showToc>

ROSA, Susel Oliveira da, SILVA, Tatianne Ellen Cavalcante. **O testemunho e as mulheres: Ophélia Amorim e Eridan Magalhães.** In: Feminismo, gênero e sexualidade: diálogos contemporâneos. ANDRADE, Andreza de Oliveira; RIBEIRO, Josiane Maria de Castro; DINIZ; Maria Ilidiana (Orgs). Mossoró: Edições UERN, 2016. p. 193-205.

RAGO, Margareth. **Desejo de memória.** In RAGO, Margareth (Org.). Dossiê ‘Memórias Insubmissas’. Revista Labrys, n. 15, 2009.

_____. **Epistemologia feminina, gênero e história. Descobrimo historicamente o gênero.** Ed.: CNT-Compostela, 2012. Disponível em www.cntgaliza.org

SANTOS, Giovana Inácio dos, GOULART, Josiel Eilers, FABER, Marcos Emílio Ekman. **Teologia da Libertação: resistência intelectual nos anos de chumbo1**. Revista Historiador. Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acesso em 17/05/2017.

SILVA, José Roberto Costa da. **Violência contra as mulheres: as agressões doméstica**. Guarabira. 2017.

SWAIN, Tania Navarro. **A construção imaginária da história e dos gêneros no Brasil, no século XVI**. In: Textos de história – Revista da Pós-graduação em da História UNB. Volume 4, número 2, 1996.

VIEIRA, Jadson Pereira. **Engenho de memórias: mulheres camponesas, escritas de si e a força da amizade (1975-1984)**. João Pessoa. 2016.

VÍDEO/DOCUMENTÁRIO

ABÚZU: Eco da luta no Assentamento Baixio (Riachão-PB), Direção/Roteiro Cecilia Bandeira: Elenco: Maria das Neves Moura do Nascimento (Dona Lia), e família, Expedito Antero, Luzia Cicero e Cícera Emília (Das Dores), Josafá, Luís Pedro (Quinone), Josivaldo da Costa (Gaja), Narração: Dona Lia, ano 2014.

ANEXO A

TERMO DE CESSÃO

CEDENTE: Maria Das Neves Moreira de Ferecinato
 Nascida em: 19/04/1935 a: 1/1
 De estado civil: casada
 Domiciliada em: Assentamento Paixip
 De profissão: acadêmica e pesquisadora do
 E endereço profissional: SFR de Riachão

CESSIONÁRIA: GENILMA RICARDO DA SILVA, pesquisadora do projeto:
 "Paraíba: mulheres, memórias e ditadura civil-militar".

OBJETO: Entrevista gravada.

DO USO: Declaro ceder à pesquisadora acima citada, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental, realizada na cidade de Riachão - PB em 07/07/2017 num total de 1 horas e 32 minutos. A pesquisadora fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não, a partir de trabalhos, bem como permitir a terceiros/as o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Riachão - PB, 07 de julho de 2017

Maria Das Neves Moreira de Ferecinato

Assinatura da depoente/cedente